

EXTENSÃO E ENSINO: uma proposta formativa para o discente do ensino básico

Bárbara Poli Uliano Shinkawa¹

Resumo: A trajetória educacional, as experiências e os saberes vividos e adquiridos no espaço escolar influenciam profundamente a vida do educando. Tendo isso em vista, a preocupação para que o ensino ofertado seja ainda mais rico e amplo de saberes deve integrar o cotidiano de todos os envolvidos na formação discente. Assim, este texto se propõe a relatar uma experiência entre uma ação de extensão abordando literatura de povos indígenas e, depois, a presença desse tema e o efeito da ação nas aulas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira. Essa abordagem objetiva apontar a importância e a necessidade de uma práxis pedagógica que leve em consideração a pluralidade de saberes para que haja formação acadêmica e cidadã. Para o desenvolvimento da proposta, este estudo se baseou nos documentos oficiais da educação brasileira (Leis, referenciais, diretrizes, etc.), além das produções indígenas de Graça Graúna, Eliane Potiguara, Márcia Kambeba, Ailton Krenak e Daniel Munduruku. A partir dessa experiência, compreende-se que é preciso seguir avançando com estudos e em capacitação para que, por exemplo, o ensino da história e da cultura indígena no ensino básico aconteça satisfatoriamente. Ainda que os documentos oficiais da educação respaldem e incentivem a diversidade e a diferença de saberes e experiências, a prática disso, ou seja, uma práxis pedagógica dotada de diversidade e diferença carece de apoio, incentivo e investimento.

Palavras-chave: Ensino. Extensão. Literatura. Escrita literária. Cultura. Cidadania.

Abstract: The educational trajectory, encompassing the experiences and knowledge acquired within the school setting, exerts a profound influence on students' lives. Recognizing this, it is essential that the education provided is enriched with diverse bodies of knowledge, prioritizing this aim among all stakeholders involved in student development. This paper details an outreach initiative centered on Indigenous literature, subsequently analyzing the incorporation of these themes and the initiative's impact within Portuguese Language and Brazilian Literature classes. This approach emphasizes the significance and necessity of a pedagogical praxis that embraces a plurality of knowledge systems, fostering both academic and civic growth. To substantiate this proposal, the study references official Brazilian educational documents (laws, frameworks, guidelines, etc.) alongside Indigenous works by authors such as Graça Graúna, Eliane Potiguara, Márcia Kambeba, Ailton Krenak, and Daniel Munduruku. This experience illustrates the imperative for ongoing research and professional development to ensure, for example, the effective teaching of Indigenous history and culture within basic education. Although official educational documents

¹ Docente no IFPR – Instituto Federal do Paraná, campus Paranavaí. Doutora em Letras. Integrante dos grupos de pesquisa NUSEINTEC, GEPEARTESUL e Bildung. Coordenadora dos projetos de extensão *Café de Ideias* e *Literaturarte-Literatura Pod!* Contato:barbara.poli@ifpr.edu.br

endorse and encourage diversity in knowledge and experience, the practical realization of a pedagogical praxis grounded in diversity and inclusivity requires increased support, motivation, and investment.

Keywords: Education, Outreach, Literature, Literary Writing, Culture, Citizenship

Introdução

As experiências, os saberes vividos e adquiridos ao longo da trajetória escolar impactam profundamente a vida humana. Como seres sociáveis, a escola permeia grande parte do tempo de vida e, invariavelmente, recebe a influência do que se passa no mundo ao redor de seus muros. Preocupar-se com a riqueza e amplitude dos conhecimentos ofertados deve integrar o cotidiano da equipe escolar, mas também da sociedade em geral. Afinal, o conjunto social é resultado das ações, das crenças e da cultura cultivada pela maioria de seus membros.

Tendo isso em vista, relato uma experiência entre extensão e ensino a respeito de textos indígenas. Desde de 2008, a Lei 11.645 estabelece o ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo básico. Entretanto, haja vista a não obrigatoriedade desse assunto no ensino superior, inclusive nas licenciaturas, não há garantia de que esse conhecimento se dê no ensino fundamental e médio. Sendo assim, a formação sobre o tema fica um tanto nebulosa e instável. Uma proposta de obrigatoriedade de ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas licenciaturas da área de ciências humanas² foi sugerida no E-cidadania, no entanto, não alcançou o número de apoio necessário para vir a ser considerada como uma proposta de lei pelo parlamento.

A atividade realizada sobre literatura indígena aconteceu em duas partes e envolveu alunos de diferentes anos do ensino médio integrado. A primeira parte foi uma ação extensionista aberta à comunidade interna e externa. A segunda, relacionada ao ensino, contou com alunos do último ano do ensino básico.

²[https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=51182#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2011.645%2C%20de,forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20\(licenciaturas\)](https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoideia?id=51182#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2011.645%2C%20de,forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20professores%20(licenciaturas)). Acesso em 23 out. 2024.

O objetivo maior deste relato é partilhar uma ação simples, mas efetiva em propiciar conhecimento, cultura, saberes e vivência que contribuem com o alargamento de visão e pode ajudar a desconstruir estereótipos especialmente relacionados aos povos indígenas.

Um olhar para a teoria

Os documentos oficiais da educação há muito orientam para uma formação pautada na diversidade, na pluralidade e na diferença. E isso deveria perpassar todas as etapas da vida do estudante do ensino básico e, na medida do possível, seria muito interessante que esses valores estivessem presentes no ensino superior também. Na Base Nacional Comum Curricular (doravante BNCC), na área de Linguagens, há vários trechos em que essas características são apontadas como, por exemplo, a da necessidade de o jovem atuar plenamente nas práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens (Brasil, 2018, p. 481).

A BNCC (2018), também considera a Arte como parte essencial do percurso formativo, porque é capaz de agregar inúmeras linguagens e o caráter lúdico, além de propiciar a quem a aprecia reflexões sobre si e o mundo ao seu redor:

A Arte, enquanto área do conhecimento humano, contribui para o desenvolvimento da autonomia reflexiva, criativa e expressiva dos estudantes, por meio da conexão entre o pensamento, a sensibilidade, a intuição e a ludicidade. Ela é, também, propulsora da ampliação do conhecimento do sujeito sobre si, o outro e o mundo compartilhado. É na aprendizagem, na pesquisa e no fazer artístico que as percepções e compreensões do mundo se ampliam e se interconectam, em uma perspectiva crítica, sensível e poética em relação à vida, que permite aos sujeitos estar abertos às percepções e experiências, mediante a capacidade de imaginar e ressignificar os cotidianos e rotinas (Brasil, 2018, p. 482).

O referido documento (Brasil, 2018, p. 489) contempla cinco áreas com cinco campos de atuação social. Dentre eles, figura o campo artístico entendido como um espaço para a fruição estética das mais variadas e diferentes expressões artísticas. A proposta é que os processos criativos, as diferentes e diversas formas de Arte, sensibilidade e emoção possam ser reconhecidas e trabalhadas pelo aluno. Essa ação “possibilita aos estudantes, portanto, reconhecer, valorizar, fruir e produzir tais

manifestações, com base em critérios estéticos e no exercício da sensibilidade” (Idem).

Tendo isso em vista, é válido ressaltar a importância de momentos de construção da escrita. A Escrita Criativa, como bem lembra Luís Roberto Amabile (2020), apesar de muitas possíveis definições, propicia a ideia de encontro. Luis Sepúlveda (2016), citado por Amabile (2020, p. 132), afirmou em entrevista que sempre reconheceu a Literatura como um ponto de encontro. Em primeiro lugar do escritor com sua própria memória e vivência e depois há um encontro entre, o que ele chamou, “estados de alma”: do momento em que o escritor escrevia e do instante em que o leitor se propõe a ler. Amabile (2020), a partir da declaração de Sepúlveda, aponta que a oficina de criação é o local para onde convergem os dois tipos de encontros citados pelo escritor chileno:

Tal lugar é a oficina de criação, um espaço que agrega vários agentes da prática literária, cada qual com um percurso, cada qual com sua voz social e percepção de mundo: o ministrante que, ao menos numa boa oficina, também é um estudioso e orienta os participantes a partir de textos exemplares, os aprendizes de escritores que buscam encontrar seu próprio jeito de escrever, que aprendem a exercer a leitura atenta e que são os primeiros leitores dos colegas. A oficina de criação literária está na base da Escrita Criativa (Amabile, 2020, p. 132).

Ler e compor Literatura, como mesmo atestam os documentos oficiais, promovem o crescimento e a evolução de saberes do estudante como pessoa e cidadão. Nas competências específicas, o documento reforça a necessidade de se conhecer diferentes linguagens, práticas artísticas, identidades, fruição estética e o efeito de todo esses processos na sociedade e, conseqüentemente, nos indivíduos sempre tendo em vista o respeito à diversidade, a promoção dos Direitos Humanos, a empatia e o enfrentamento de qualquer tipo de preconceito (Brasil, 2018, p. 490).

A BNCC busca “no campo artístico-literário a ampliação do contato e a análise mais fundamentada de manifestações culturais e artísticas em geral. Está em jogo a continuidade da formação do leitor literário e do desenvolvimento da fruição” (Brasil, 2018, p. 503). Isso reafirma a necessidade de leitura literária e reflexões sobre o texto como movimentos essenciais para a formação acadêmica e do indivíduo

pensando em benefícios para ele e para a sociedade que ele integra. Conforme a BNCC,

o exercício literário inclui também a função de produzir certos níveis de reconhecimento, empatia e solidariedade e envolve reinventar, questionar e descobrir-se. Sendo assim, ele é uma função importante em termos de elaboração da subjetividade e das inter-relações pessoais. Nesse sentido, o desenvolvimento de textos construídos esteticamente – no âmbito dos mais diferentes gêneros – pode propiciar a exploração de emoções, sentimentos e ideias que não encontram lugar em outros gêneros não literários (e que, por isso, devem ser explorados) (Brasil, 2018, p. 504).

Interessante salientar que já as *Orientações Curriculares para o Ensino Médio*, OCEM, (Brasil, 2006, p.53), evidenciavam a importância da arte, da literatura e da fruição estética como fator importantíssimo para a valorização do caráter humano: “só a fruição estética permite; como meio de acesso a um conhecimento que objetivamente não se pode mensurar”, e prossegue: “como meio, sobretudo, de humanização do homem coisificado: esses são alguns dos papéis reservados às artes, de cuja apropriação todos têm direito” (Brasil, 2006, p.53).

A propósito, Candido (2004) também recorda a inevitabilidade e a natural capacidade humana de, ao longo do dia, adentrar ao universo fabulado e ao direito de todos terem acesso à literatura. Candido (2004) enxerga na literatura um poderoso instrumento de transfiguração da realidade sem tirar a potência que os acontecimentos da vida podem causar/possuir:

Por isso é que nas nossas sociedades a literatura tem sido um instrumento poderoso de instrução e educação, entrando nos currículos, sendo proposta a cada um como equipamento intelectual e afetivo. Os valores que a sociedade preconiza, ou os que considera prejudiciais, estão presentes nas diversas manifestações da ficção, da poesia e da ação dramática. A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante (Candido, 2004, p. 175).

A BNCC (2018, p. 523), considera de grande importância a prática da leitura literária como uma janela de conhecimentos a serem desvendados pelos estudantes a partir do contato com as obras e seus contextos de produção. O

documento pontua que a produção literária é uma forma de crítica cultural e política, pois apresenta uma visão de mundo construída esteticamente, daí a necessidade de serem apresentados diferentes textos de origens distintas. Na miscelânea textual, é importante que haja não apenas produções canônicas, mas também aquelas que embora sejam Literatura, não ascenderam ainda a esse status, como mesmo Antonio Candido (2004) mencionou. Felizmente, esse cenário vem se modificando e há muitas produções riquíssimas de arte literária ainda que não sejam canônicas. Aponto como importantíssima a eleição de Ailton Krenak para ABL (Academia Brasileira de Letras). Krenak é o primeiro indígena a ser eleito e tomar posse como imortal, sem dúvida, esse ato é algo emblemático e histórico. Assim, é salutar e imprescindível que a práxis pedagógica inclua as várias e diferentes produções literárias. É por compreender essa e outras necessidades que o projeto *Café de Ideias* persiste e promove seus eventos.

O *Café de Ideias* é um projeto de extensão iniciado em 2018, no IFPR - Instituto Federal do Paraná, campus Paranavaí, com o intuito de incentivar e valorizar a leitura, em especial, a literária. A ideia inicial era promover rodas de conversa acerca de obras literárias explorando questões da Teoria da Literatura, de estilos de escrita utilizada pelos autores, dos Estudos Culturais e Pós-coloniais. Ao longo dos anos, o *Café* conseguiu fomentar mais ações do que se propôs a priori.

Desde então, várias rodas de conversas foram realizadas estimulando muitos participantes a se lançarem no mundo da leitura literária e alguns a comporem textos artísticos. Também o projeto promoveu mostras literárias em que, a depender da dimensão, os textos eram expostos integralmente em varais organizados ao longo dos corredores dos blocos didáticos e administrativos e biblioteca do campus. Há ainda o *Café Convida*, a saber; e novos planos de ação para o projeto estão no horizonte.

A ação

Em 2021, ainda com a forte presença da Covid-19, o projeto de extensão *Café de Ideias*, a fim de manter minimamente suas atividades, criou o *Café Convida*, uma roda de conversa virtual em que um especialista é convidado a falar

sobre temas artísticos e culturais³. O primeiro evento foi realizado com a presença da Prof.^a Dra. Ana Claudia Duarte Mendes (UEMS – Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, campus Dourados).

A professora se propôs a dialogar sobre literatura indígena. Ana Claudia trouxe um panorama histórico muito pertinente a respeito de alguns povos indígenas, especialmente, sobre o registro escrito de suas histórias e cultura. Acerca disso, a professora lembrou que é algo recente e, citando Graça Graúna (2013)⁴, esclareceu que por muito tempo a responsável pela perpetuação e disseminação da cultura indígena era a oralidade e a coletividade. Em tempos mais recentes, há a escrita que perpassa o universo individual e coletivo com a união entre o ponto de vista indígena (baseado em narrativas míticas) e a ficção.

A fala da docente foi de uma riqueza ímpar. Propiciou a todos, além de saberes culturais, a desmistificação sobre uma série de conceitos prontos acerca dos povos indígenas. O relato da professora Ana sobre como ter indígenas frequentando suas aulas na universidade impactou sua práxis pedagógica foi bastante emocionante.

Após a apresentação, o diálogo se tornou mais intenso e o público passou a questionar ainda mais Ana Claudia buscando maior entendimento sobre o assunto. Ao observar isso, compreendi que esse poderia ser um tema melhor explorado ao longo das aulas. Sendo assim, busquei o auxílio da professora Ana e, baseada em sua participação no *Café* e em suas orientações, planejei aulas sobre o assunto.

A prática

As aulas foram baseadas no material produzido e apresentado pela docente Ana Claudia durante o *I Café Convida*. A proposta foi ampliar o conhecimento dos alunos partindo pelos textos indígenas das autoras (Eliane Potiguara, Márcia Kambeba e Graça Graúna), trazidas pela professora Ana, mas com mais tempo de

³ Outros encontros já foram realizados, inclusive, com o Prof. Dr. e escritor Felipe Figueira que abordou a temática da criação literária, as inspirações e o árduo trabalho da escrita artística.

⁴ GRAÚNA, Graça. *Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2013, p. 74.

discussão e reflexão em sala de aula. Também adicionei mais textos literários e não literários de outros autores indígenas como Daniel Munduruku e Ailton Krenak.

As aulas normalmente iniciavam com a leitura do texto e as discussões acerca da concepção literária ali proposta respeitavam os indícios oferecidos pela obra. A roda de conversa era feita sempre com o amparo de conhecimentos auxiliares sobre a cultura indígena ou de outras fontes que eram requisitados pelo texto e para que acontecesse o entendimento dessa produção pelo leitor. Também foi possível considerar junto aos alunos algumas especificidades da escrita indígena e isso realmente foi bastante produtivo e prazeroso. Na preparação das aulas, essas questões eram previstas e organizadas, mas era muito comum os alunos durante a conversa se prontificarem a pesquisar e assim, ampliarem seus conhecimentos.

De forma geral, os estudantes ficaram motivados a participar das atividades. Foram utilizadas quatro aulas, uma por semana, para trabalhar os textos. Em cada aula, ao menos dois ou três textos eram lidos e discutidos na roda de conversa. A emoção mais comum expressada pelos alunos ao longo da interlocução era a de surpresa. Ficavam surpresos ao ver outras possibilidades de interpretação da história e da cultura brasileira e indígena ao mudar o ponto de vista e ao se aproximarem mais da expressão dos povos originários. Também foi perceptível a indignação de alguns frente à circunstância de desvalorização e até mesmo, em alguns casos, violência contra os povos indígenas.

Houve também alguns alunos que confidenciaram se sentir inspirados a escrever ao entrar em contato com textos literários e aulas como essas em que a Literatura se torna o centro, a força motriz do ensino. Cabe salientar que escrever não é uma ação fácil ou só prazerosa, há inclusive uma interessante passagem do escritor Gustave Flaubert a respeito disso:

Estou mais cansado do que se empurrasse montanhas. Há momentos em que tenho vontade de chorar. É preciso uma vontade sobre-humana para escrever e eu sou apenas um homem. Às vezes parece que tenho necessidade de dormir seis meses seguidos. Ah! com que olho desesperado eu olho para eles, para os cimos destas montanhas que meu desejo gostaria de escalar! Você sabe quantas páginas eu vou completar dentro de oito dias desde que voltei daí? Vinte. Vinte páginas em um mês trabalhando pelo menos sete horas por dia; e qual o fim de tudo isto? O resultado? Amarguras, humilhações internas, nada em que se amparar a não ser a ferocidade de uma fantasia

indomável. Mas envelheço, e a vida é curta (Gustave Flaubert a Louise Colet. Carta de 3 de abril de 1852).

A escrita, como Flaubert confessa, é um caminho árduo e requer muito trabalho e dedicação. Pensando nisso, ao abordar e apresentar os textos literários é necessário zelo e assim foram encaminhados os encontros sobre literatura indígena. As conversas foram prazerosas ainda que a temática pudesse, em alguns momentos, trazer certa inquietude, mas também houve produção de saber e entendimento. Foram encontros importantes porque houve a quebra de uma postura pré-concebida diante da cultura indígena para uma possibilidade de reconstrução ou construção de um entendimento diferente e renovado.

Uma conversa que não pode se encerrar

Estudar minimamente sobre as culturas que formam a nação brasileira é imprescindível se realmente existir a vontade e a intenção de se educar para a cidadania. No espaço escolar há o reflexo de todos os acontecimentos sociais e seus membros, alunos, educadores e gestores, não podem isso ignorar. Como bem lembra Munanga (2005), a escola não conseguirá sozinha resolver as questões complexas de racismo que existem no país, mas certamente possui um impacto bastante positivo e profícuo se trabalhar esse assunto adequadamente.

É preciso também que haja organização estatal para que, tendo em vista a Lei 11.645/08, exista investimento na formação de professores a fim de que eles possam tratar de forma apropriada e sustentável as questões históricas e culturais afro-brasileiras e indígenas em sala de aula. Também a equipe escolar deve cobrar e buscar melhor amparo para suas práxis pedagógicas. Seria bastante importante que o ensino superior se inteirasse, especialmente os cursos de licenciatura, ainda mais sobre a história e a cultura afro-brasileira e indígena.

A prática com arte, cultura e literatura aqui relatada reforça que uma formação cidadã favorece a aquisição e o engrandecimento de saberes, alarga a visão de mundo, conseqüentemente, provoca questionamento e reflexão crítica sobre o estado das coisas e sobre questões estancadas, agrega conhecimento de mundo aberto às diferenças e, entre outros aspectos, incentiva a busca por uma sociedade

mais gregária em que as diferentes expressões identitárias e culturais possam ser acolhidas e respeitadas. Se realmente a proposta é uma sociedade mais igualitária, respeitosa, não-violenta, mais sustentável em amplo aspecto, a educação com vistas à cidadania é um elemento essencial.

Referências

AMABILE, Luís Roberto. Do que estamos falando quando falamos de Escrita Criativa. **Revista Criação & Crítica**, São Paulo, Brasil, n. 28, p. 132–149, 2020. [DOI: 10.11606/issn.1984-1124.i28p132-149](https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/172813). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/172813>. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. **Base nacional comum curricular** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Conselho Nacional de Educação. Conselho Nacional de Secretários de Educação. União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação. Brasília: MEC, SEB, CNE, CONSED, UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 03 mai. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Ministério da Educação (SEMTEC). **Orientações curriculares do ensino médio**: Linguagens, códigos e suas tecnologias / volume 1. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf. Acesso em: 06 mai. 2024.

CANDIDO, Antonio. O direito à Literatura. In: **Vários escritos**. São Paulo/Rio de Janeiro: Duas cidades/Ouro sobre Azul, 2004, p. 169-191.

Flaubert, Gustave. **Cartas exemplares**. Trad. de Carlos Eduardo Lima Machado. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p.15-20.